

EMENDA DE TOTALIDADE Á TESE POLÍTICA DA IIª AN DE ANOVA

INTRODUCCIÓN

Na Iª AN celebrada em junho de 2013 a filiaçom de Anova reafirmou-se no consenso da ANC do 14 de julho 2012 considerando suficiente a definiçom política de Anova que, por resumir, é:

* Umha organizaçom política nacionalista comprometida coa libertaçom nacional e a transformaçom social por e para o povo galego e guiada polos seguintes princípios: Galiza é umha naçom; democracia participativa e paritária; modelo social em defesa dos interesses populares; auto-organizaçom; anti-imperialismo e paz mundial; feminismo e antipatriarcado; igualitarismo; luta contra todo tipo de discriminaçom; sustentabilidade ecológica e social; defesa da nossa língua, extensa e útil; defesa dos direitos relativos à cultura popular digital, e laicismo e republicanismo.

* Carácter colonial de Galiza e libertaçom nacional e social como duas caras da mesma moeda que nom podem dar-se umha sem a outra.

As concreçoms e actualizaçoms estratégicas acordadas por consenso na I AN foram atinadas ainda que pendentas de pôr em prática em muitos casos: priorizar a formaçom da filiaçom; adquirir umha language comum para nom cair nas práticas da velha política que reproduz no seu interior a divisom do trabalho entre os que sabem, decidem e mandam e os que nom sabem, obedecem e trabalham; vacinar Anova contra a cultura da aristocracia da militância e fazer desnecessária a pertença ou conformaçom de coletivos que nom sejam a própria ANOVA, som ainda tarefas pendentas nas que se tem andado pouco, nada, ou mesmamente se tem retrocedido.

As 40 propostas programáticas, que se reproduzem ao final, sinalam os eixos centrais da atuaçom política e seguem a acolher as demandas da maioria social da naçom cidadá à que nos propuséramos servir.

Já na Constituinte analisáramos o contexto mundial, europeu e galego afirmando:

1. Que estamos ante o fim dum ciclo histórico tanto a nível mundial como europeu trás quatro décadas de imposiçom de políticas económicas contrarias às maiorias sociais, que desmantelaram o modelo do estado do bem estar e provocaram a maior crise económica, social e política do capitalismo.

2. Que este fim de ciclo se manifesta também no Estado Espanhol no esgotamento do modelo político denominado da “transiçom”, manifestado na gravidade da crise económica, no descrédito da forma monárquica, da subordinaçom à Igreja Católica, e da defesa dos interesses oligárquicos que o Estado ampara nos campos da Política, a Economia, a Justiça, etc. O Estado das Autonomias resulta manifestamente incapaz de acolher a realidade plurinacional para a que cada vez mais constitui umha peja aferrolhadora.

3. Que a atual crise afeta a todos os âmbitos da vida por estar motivada principalmente por umha crise de recursos energéticos, nomeadamente o petróleo, tal e como reconhece a Agência Internacional da Energia. A sociedade ocidental vertebrou-se nos últimos cento e cinquenta anos coa realidade de poder consumir cada vez mais energia, mais daqui em diante a realidade é que vai haver cada vez menos recursos energéticos nom renováveis, polo tanto a nossa organizaçom vertebrará as suas propostas de futuro na aceitaçom desta realidade cara umha Galiza post-petróleo.

Na altura de hoje, a situaçom europeia, estatal e galega apenas tem mudado no aumento do espolio da maioria social, no agravamento da crise institucional e política do Estado e da Autonomia Galega. Na Galiza e no Estado tem aumentado o descontentamento cidadao e a consciência do apodrecimento do Regime da IIª Restauraçom e da democracia sequestrada pola plutocracia. Mesmo na Espanha estrita colheu corpo o discurso da necessidade de recuperar a soberania cidadá.

A FRENTE AMPLA CÍVICO-POLÍTICA NA GALIZA E NO ESTADO

A consideração de que nenhuma organização política por si mesma, nem todas as forças rupturistas juntas eram suficientes para derrubar o Regime e construir uma democracia real com o reconhecimento de Galiza como nação soberana motivou a proposta de Anova de setembro de 2013 fazendo um chamado a uma frente ampla não excludente na Galiza e no Estado para as eleições europeias.

Aquela proposta abortou na Galiza pelo partidismo do BNG e EU e, se calhar, por algum erro nosso também. Mas a responsabilidade fundamental está em quem se negou a falar com os não nacionalistas e em quem puja por cima de todos os seus compromissos com a matriz IU, porque cuidava de capitalizar em exclusiva o descontento na Espanha estrita.

O nacionalismo e a esquerda seguem tanto ou mais fragmentados e débeis do que há um ano e os movimentos sociais são débeis ou não são quem de romper o acantonamento sectorial no que nasceram.

Os discursos partidários, ainda que modulados pela situação que lhes criou a irrupção de Anova primeiro e agora de Podemos, seguem a ser os mesmos. Os movimentos sociais, salvo exceções, tampouco dão mostra de maior vitalidade nem de planejar-se darem o passo à política.

A necessidade da FA segue a ser tanta como há um ano. Tanto social como político- eleitoral.

Para enfrentar-se com sucesso ao Regime, rematar com o sequestro da democracia pelos especuladores e construir uma democracia autêntica sobre a base da realidade plurinacional do Estado, compre toda a força da cidadania agredida e no nosso País, como colônia interior, abrange por suposto a trabalhadores e trabalhadoras de todo tipo mas também ao empresariado que for consciente de que a economia de casino que nos domina rematará por terminar com ela e com a própria existência de Galiza como tal. O Projeto Comum dos anos 90, que catapultou ao BNG a segunda força política, foi daquela um exemplo da FA que cumpre construir ainda que hoje não será numa única organização nem tarefa só das organizações políticas.

O objetivo central que deve e pode nuclear a unidade de ação para o sucesso, tem que ser a defesa de uma democracia real autêntica. Trata-se de lograr a unidade de ação na defesa dos direitos democráticos: frente à ditadura dos especuladores financeiros é preciso impor o poder de decisão da cidadania incluindo logicamente o direito das nações a decidirem. Esta é a batalha que está a dar a sociedade civil de Catalunha frente ao nacionalismo espanhol e a plutocracia.

Galiza se não une forças pouco poderá contribuir a mudar o Regime que a nega e que empobrece a sua cidadania. Galiza não pode repetir os erros da Transição e ficar ausente do processo constituinte que de seguro se vai abrir.

A cidadania é consciente como nunca de que as políticas do Regime estão liquidando os serviços públicos - saúde, educação, serviços sociais, direitos laborais, proteção ao desemprego, jubilação, e começa a perceber que os recortes em direitos e liberdades ameaçam a sua capacidade de reação frente ao capitalismo que os trata como fichas de jogo.

Há condições para ganhar um futuro melhor mas também há o risco de que siga campando o ultraliberalismo e nos levem a situações como as que viveu América latina nos anos 90. O descrédito que têm os partidos do Regime, que tratam de estender a qualquer outra organização política, joga a favor deles.

Ao nosso favor, o 99% só temos a nossa força se somos quem de unir-nos. E a unidade só parece verosímil feita diretamente pela cidadania: cidadãos e cidadãs, pertençam ou não a partidos, organizados em pé de igualdade. A unidade cidadã não deve ser contra os partidos mas tampouco dos partidos. O papel que devemos fazer é o de alentar e apoiar candidaturas de unidade cidadã, mas participando a título individual.

ACORDAMOS

Manter e pôr em marcha os acordos políticos da la AN, que seguem pendentes na sua maioria, e, para a açom imediata, o que segue:

1. Cumprir o compromisso eleitoral de AGE, rematando coa incapacidade de Anova para apoiar o GP, fornecendo-lhe iniciativas que transformem o nosso programa eleitoral nas medidas que tomaríamos se estivéssemos no Governo da Junta.

2. Fazer público que Anova – Irmandade Nacionalista valora que nom é o momento de concorrer às eleições como organizaçom, nem só nem em coligaçom, apostando pola unidade cidadá. A esses efeitos apoia:

▣ Candidaturas que sejam radicalmente democráticas, que aceitem a pluralidade e estejam abertas tanto na elaboraçom do programa como na designaçom de candidatas e candidatos.

▣ Candidaturas que se comprometam a trabalharem submetidas ao mandato da cidadania que as promoveu, mesmo com a possibilidade de revogaçom.

▣ Apostar porque as candidaturas locais unam forças a nível galego cun programa galego comum.

▣ Apostar pola única fórmula congruente com o anterior e possível para concorrer às deputaçoms: legalizar um partido político instrumental do que seja dona a cidadania e acolher-se à cobertura de coligaçoms ou partidos preexistentes como garantia da prevalência cidadá neste processo.

Galiza, setembro de 2014.

Propostas programáticas.

Os grupos de trabalho nacionais deverão desenvolver programas de atuaçom que serám abordados e acordados em conferências de Anova.

A Coordenadora Nacional também promoverá, periodicamente, Conferências Políticas Abertas, já sejam presenciais ou telemáticas, monográficas, setoriais ou multidimensionais, com o fim de fomentar o debate sociopolítico e ajudar a definir as suas estratégias nos diferentes ámbitos e desenvolver programas de atuaçom sobre a base das propostas programáticas.

Contra o espoliaçom

1. Auditoria da dívida pública que em boa medida é ilegítima, compromisso de nom contribuir com fundos públicos para viabilizar entidades bancárias e exigir responsabilidades penais aos gestores destas entidades. Constituiçom de um setor financeiro público ao serviço da cidadania galega e apostar na reversom das “caixas de aforro” à sua natureza original de entidades nom capitalistas de economia social e dar apoio a iniciativas de banca ética e democrática.

2. Reversom ao domínio público das concessões feitas ao setor privado em matéria de infra-estruturas, recursos, bens e serviços estratégicos que podam ser interpretados como de interesse público ou comum.

3. Oposiçom frontal às concessões mineiras espoliadoras que para o exclusivo interesse das multinacionais está a favorecer o PP deturpando o meio ambiente e os nossos recursos naturais.

4. Regulaçom pública via taxaçom dos mercados, intermediários, fluxos financeiros e movimentos de capitais, com especial rigor no que diz respeito às operaçoms especulativas.

5. Controlo democrático da política monetária, hoje nas mãos dos “técnicos” do BCE.

6. Todos os organismos públicos utilizarám e desenvolverám todo o software com licenças livres, facilitando e fomentando deste modo o seu conhecimento em toda a sociedade.

7. Todos os organismos públicos estarám obrigados a fornecer os seus dados em regime aberto nos formatos

mais estándares possíveis para cada momento.

Defesa do nosso

8.- Reconhecemos o determinante papel da diáspora galega, nos momentos mais escuros da nossa história, na defesa da nossa identidade como povo e, por justiça e equidade, comprometemo-nos a garantir os seus direitos cidadãos.

9.- Defesa ativa contra o desaparecimento da identidade galega, contra o extermínio planejado da nossa língua, a deteriorao da nossa paisagem, o abandono do nosso patrimnio cultural e a deturpao da nossa história.

10.- O discurso linguístico de Anova será em positivo apesar das dificuldades, vendo a língua como fenmeno social e mais umha questom de classe.

Favorecer-se o protagonismo social nos processos de normalizao da língua e pular-se polo monolinguismo social em galego atendendo  nossa pertenca ao sistema linguístico galego-português.

11.- A língua galega  o nosso idioma nacional. O facto de termos um idioma próprio  nota essencial e imprescindível para a caracterizao como naom do nosso país, Galiza. Por todo isto, a subsistncia da nossa identidade nacional passa necessariamente pola defesa da língua galega contra toda agressom constitutiva de imperialismo lingustico; nomeadamente,  urgente a luita contra a j secular colonizao espanhola, que se fai evidente, também, no mbito idiomático, pondo mesmo em perigo o futuro da nossa língua. Em consequncia,  preciso que Anova luite pola plena normalizao linguisticadeste país que pode ser designado como Galcia ou como Galiza. Daquela, desde Anova devemos realizar toda classe de aoes encaminhadas  consecuio de umha sociedade monolngue; umha sociedade baseada em conquistar a harmonia entre, por um lado, o respeito a todas as línguas estrangeiras e culturas do mundo, e, polo outro lado, a superao da diglossia e o autodio que estm a assolagar ao nosso povo, depois de tanto tempo de ocupao espanhola. Contudo, sempre, como formao política de esquerda e antisistema, Anova deve ter presente a estreita relao entre a defesa do idioma e a luita de classes. Neste sentido, convém dar-mos conta e lembrar que foram os usos linguísticos das classes populares quem fizeram possível o fermoso milagre da sobrevivência da língua galega, face a um sistema que teima na sua tentativa de nos fazer analfabetos no nosso próprio idioma.

12.- Anova percebe que o ensino público deve ir aplicando progressivamente metodologias de imersom em galego, que demonstraram a sua eficácia no contexto educativo de outras línguas minorizadas.

13.- Anova apoiar experiências de ensino cooperativo popular que tenham o galego como língua de imersom.

14.- Anova apoiar e promover ativamente a incorporao do ensino da língua portuguesa em todos os níveis de ensino público regulado.

15.- Anova fomentar as medidas necessárias para conseguir a receo aberta em território galego dos meios audiovisuais lusófonos em geral e portugueses em particular com o objectivo de tornar familiares nos ouvidos dos galegos e galegas outros sotaques da nossa língua.

16.- Defesa do âmbito informativo galego com meios de comunicao nom submetidos aos poderes políticos e econmicos, senom ao controlo social. Os meios de comunicao públicos da Galiza, especialmente no que concerne  RTVG, som instrumentos imprescindíveis para a nossa articulao nacional e para a criao, desenvolvimento e difusom de universos simbólicos e também para a normalizao da língua galega e todas as nossas expressões culturais e artísticas. Apoio aos médios de comunicao comunitários e de proximidade, já que som umha forma de independência dos interesses que manejam atualmente os meios de comunicao.

17.- Soberania alimentria e energética. Sustentabilidade ecológica e social. Anova  consciente de que o crescimento econmico ilimitado  irracional e impossível num planeta finito. Anova valorar desde já diferentes opoes.

18.- Ordenao territorial e urbanística com critérios sociais e ecológicos, buscando o reequilíbrio territorial, recuperando as formas de povoamento tradicionais e humanizando os núcleos urbanos.

19.- Apoio ao desenvolvimento do rural e, em especial, ao problema demográfico, criando fatores que contribuam  afixao da populao.

20.- O direito a uma morada digna e ajeitada como um direito universal.

21.- Eliminação dos privilégios que em matéria económica desfruta a Igreja Católica ou qualquer trato de favor a qualquer outra que se possa dar no futuro. Igualdade e direitos sociais.

22.- Reivindicamos o estabelecimento e fortalecimento de um Marco Galego de Relações Laborais que desenvolva e potencie a Negociação Colectiva, a solução de conflitos, a Formação Profissional, a contratação e a participação sindical nas empresas, garantindo: a estabilidade e segurança no emprego, a redução da jornada laboral, a cobertura do desemprego e das reformas, a participação equitativa da força de trabalho no valor acrescentado e o incremento sustentável da produtividade. Derrogação das sucessivas reformas laborais que vão em deterioro dos direitos laborais. Democratização da empresa regulando a participação e a igualdade de género (emenda 132) das pessoas trabalhadoras na sua direcção e gestão.

23.- Promover um sistema de Serviços Sociais público, de qualidade e atenção integral. Suprimir gradualmente concertos com entidades privadas e recuperar a gestão de centros de titularidade pública, atualmente em mãos da iniciativa privada.

Implantação de uma renda social básica, de carácter universal, que garanta a subsistência com um mínimo de dignidade.

24.- Igualdade real de mulheres e homens em todos os âmbitos. Implantação de medidas para a erradicação da violência machista. Compartilhamento do trabalho, tanto remunerado como não remunerado, partindo da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Redução do trabalho, não só para repartir o emprego mas também para conciliar a vida laboral e extra-laboral.

25.- Defesa do direito das mulheres a decidirmos no nosso próprio corpo e a vivermos livremente a nossa sexualidade quanto aos nossos direitos sexuais e reprodutivos. Defesa do aborto livre, público e gratuito. Eliminação da objecção de consciência na sanidade pública.

26.- Defesa dos direitos da infância e da gente maior. Potenciar e alargar a lei de dependência e outras ferramentas que permitam uma vida digna e própria a este colectivo.

27.- Defesa dos direitos dos animais. Proibição de espectáculos sofrimento animal, degradação dos mesmos e das pessoas assistentes.

28.- Garantir os direitos da comunidade LGTB. 29.- Defesa inegociável de um setor público forte que garanta o acesso à sanidade, ao ensino, às prestações e aos serviços sociais, baixo os princípios de qualidade, responsabilidade pública, universalidade, equidade e gratuidade e que garanta e preste os serviços de cuidados das pessoas, relacionados tanto com a infância, com as pessoas maiores e todos os demais serviços de atenção à dependência, estabelecendo todos estes recursos como direitos subjectivos.

30.- Medidas para regularizar a situação das pessoas migrantes e para garantir plena igualdade de direitos com o resto da população.

31.- Combate à profissionalização da política institucional e rejeição da sua centralidade no espectro da luta política. Quanto a isso, os nossos e nossas representantes institucionais devem predicar com o exemplo da sua conduta.

32.- Anova propugnará e defenderá um sistema eleitoral justo, equilibrado e proporcional puro, tanto nas instituições nas quais estejamos presentes, como nos âmbitos em que trabalhemos. Um sistema que recolha fielmente o postulado 1 pessoa 1 voto com igual peso no resultado. Promover-se-á e defender-se-á o estabelecimento de todo o território galego como circunscrição eleitoral única nas eleições ao parlamento galego, ao congresso dos deputados e a qualquer outro processo no âmbito estatal, assim como a oposição frontal a toda a medida que se pretenda tomar tendente à diminuição dos representantes institucionais em qualquer âmbito eleitoral.

33.- A nossa atuação neste marco institucional que combatemos realizará-se com um duplo objectivo: por um lado, o apoio à criação de um poder popular galego forte e, por outro lado, o esvaziado de competências reais das atuais instituições, a sua substituição gradual na prática por esse novo tecido participativo e soberano. Assim, as medidas guia do nosso labor institucional assentar-se-ão em dois pontos:

A) A criação de Conselhos de Bairro e de Freguesia com poder de decisão vinculante nas políticas que lhes

afectem e aos quais se lhes ceda umha parte fixa dos orçamentos para a sua administração directa pola vizinhança.

B) A aposta pública, clara e coerente por umha reorganização da administração local e provincial baseada no agrupamento e a dissolução das câmaras municipais nas nossas comarcas históricas e na eliminação de deputações, governo civil, províncias ...

Solidariedade económica e desenvolvimento

34.- Reforma tributária para restabelecer umha fiscalidade progressiva, nomeadamente sobre os trechos elevados de ingressos e patrimónios privados, a favor de umha indispensável política redistributiva de bem-estar social, encaminhada a garantir as condições materiais da liberdade.

35.- Encerramento de paraísos fiscais e rejeição de medidas de amnistia fiscal. Rebelião @cívico contra as medidas de organismos nom democráticos como os Institutos Financeiros Internacionais (por exemplo BCE, BM, FMI etc.).

Estabelecimento de medidas legais e mecanismos contra a corrupção.

36.- Políticas de defesa do sector agrícola com o fim de revitalizar as pequenas e as médias explorações, garantir preços justos, apostar pola recuperação dos ecossistemas agrários e a sustentabilidade económica e impulsionar a ordenação do território e a afixação de população no meio rural. Políticas análogas para o mundo marinho e a beira-mar.

Nengumha das políticas agrárias das últimas décadas foi quem de frear o etnocídio do rural galego.

Percebemos este como um dos maiores problemas aos quais nos enfrentamos. Os valores materiais e imateriais da Galiza rural som necessários, mas também som alternativas para caminhar a um outro modelo de sociedade cooperativa, justa, sustentável, auto-organizada, autogestionária e, ao cabo, nom mercantilizada e nomeadamente anti-capitalista.

37.- Políticas de promoção e equidade económica, fiscal, social e laboral para as formas de trabalho autónomo e de pequenas empresas, com finca-pé nas formas cooperativas e de economia social e fomento decidido das políticas, no contexto atual, de criação de emprego baseadas nos postulados anteriores.

38.- Ordenação do sector comercial a favor da revitalização racionalizada do pequeno e médio comércio face ao grande capital comercial, impulsionando a necessária reforma do marco normativo do setor. Rejeição de grandes superfícies comerciais que nom obedecem na maior parte das vezes mais que a interesses urbanísticos, financeiros e especulativos que nada temem a ver com o interesse geral e por contravir no desenvolvimento do comércio tradicional.

39.- Anova apoiará qualquer iniciativa a favor da racionalização horária, por razões de saúde, de aproveitamento energético e de homologação horária com o nosso âmbito geográfico-cultural.

40.- Anova acha que o acesso a fundos públicos por parte das empresas com sede na Galiza deverá estar condicionado pola co-utilização ou utilização exclusiva da língua galega em qualquer das suas ortografias, no seu âmbito interno e externo.

Santiago de Compostela, a 8 e 9 de junho de 2013.